

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.487 - MG (2019/0327251-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : JOANA FARIA SALOMÉ E OUTRO(S) - MG096744
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CAMELIA BELEM GOTELIPE DOS REIS - MG136304
JUCELIA MARTINS LIMA E OUTRO(S) - MG139067
INTERES. : VIACAO SAO CRISTOVAO LIMITADA
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ MARTINS FREITAS - MG068329
LILIAN SARAH DOS ANJOS AMARAL - MG160588

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado de Minas Gerais**, contra decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 204):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA -DEPÓSITO JUDICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA A CARGO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - TAXA SELIC - IMPOSSIBILIDADE - CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O TJMG E O BANCO DO BRASIL - ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA - RECURSO NÃO PROVIDO.
1. A partir do momento em que é realizado o depósito judicial do crédito tributário, não há que se falar na atualização nos termos do que determina a Lei nº 6.763/1975, uma vez que a responsabilidade pela correção monetária passa a ser da instituição bancária e não do contribuinte. 2. O artigo 32 da Lei n.º 6.830/80 estabelece que os depósitos judiciais relativos ao processo de execução fiscal estão sujeitos à atualização monetária, nada dispondo acerca da incidência de juros sobre o valor dos depósitos judiciais, o que afasta a conclusão de que o mencionado dispositivo legal autoriza a aplicação da taxa Selic, pois esta engloba correção monetária e juros de mora, encargo de inadimplência que não se estende à instituição financeira depositária. 3. Ausente disposição legal para a atualização de depósitos judiciais referentes a tributos estaduais, na medida em que o caso concreto não versa sobre pagamento de débito tributário em atraso, hipótese prevista na Lei Estadual nº 6.763/75 (artigos 127 e 226), deve ser observado o contrato firmado entre este egrégio Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil S.A..

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls. 231/241).

Nas razões do recurso especial, aponta a recorrente ofensa ao art. 32, §1º, da Lei 6.830/80. Sustenta, em síntese, que *"a Taxa a ser aplicada na correção dos depósitos judiciais deveria ser a SELIC a mesma aplicável aos créditos tributários devidos ao Estado de Minas Gerais"* (fl. 248).

Contrarrazões às fls. 267/281.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Nos presentes autos, observa-se que a Corte de origem ancorou-se em recurso especial julgado pelo rito do art. 543-C do CPC/73 (**REsp 1.348.640/RS - Tema 677**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, CORTE ESPECIAL, julgado em 7/5/2014, DJe 21/5/2014) para solucionar a contenda.

Mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: *"Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça"* (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: *"Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial"*; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal *a quo* efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."

Nessa linha de intelecção, foi editada a Resolução STJ n.º 17, de 4 de setembro de 2013, cujo art. 2º, II, expressamente dispõe:

Art. 2º Verificada a subida de recursos fundados em controvérsia idêntica a controvérsia já submetida ao rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, o presidente poderá:
I – determinar a devolução ao tribunal de origem, para nele permanecerem sobrestados os casos em que não tiver havido

Superior Tribunal de Justiça

juízo de mérito do recurso recebido como representativo de controvérsia;

II – determinar a devolução dos novos recursos ao tribunal de origem, para os efeitos dos incisos I e II do § 7º do art. 543-C do Código de Processo Civil, ressalvada a hipótese do § 8º do referido artigo, se já proferido julgamento do mérito do recurso representativo da controvérsia.

No caso, a Primeira Vice-Presidência do Tribunal de origem inadmitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito do art. 1.030, I, *b*, e II, do novo CPC/2015, isto é: **ou negativa de seguimento** do recurso especial se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o julgado repetitivo; **ou encaminhamento do processo ao órgão colegiado** para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ.

ANTE O EXPOSTO, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no 1.030, I, *b*, e II, do novo CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator